



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

1ª Sessão Extraordinária do Plenário Virtual – 14.07.2021

Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01008/2018-10 (Recurso Interno)

Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Recorrentes: Andre Alisson Leal Teixeira; Arnaldo Dias Santos da Costa Carvalho; Christovão de Moura Varotto Junior; Claudia Braga Tomelin; Cyro Vargas Jatene; Daniel Vieira de Lima; Danielle Bernardes Pacheco; Danilo Barbosa Sodre da Mota; Flaviane Ribeiro de Araujo; Gabriela Gonzalez Pinto; Gilberto Teles Coelho; Gustavo Ramos Ferreira; Janaina Cristina Queiroz de Almeida; Julllyer Gadioli Milanez; Júlio Augusto Souza; Karoline Araújo do Prado; Leonardo Borges de Oliveira; Leonel Paz de Lima; Marcelo Henrique de Azevedo Souza; Marcelo Santos Teixeira; Otávio Binato Júnior; Renato Augusto Ercolin; Ricardo de Sousa Fonseca; Rodrigo Fogagnolo Mauricio; Ruy Reis Carvalho Neto; Stephany Nely Lobato; Thaisa Mayra de Paula Botelho; Tiago Dias Maia; Vanessa de Souza Farias

Advogados: Antonio Luiz Barbosa de Alencastro – OAB/DF n.º 44.100; Thadeu Gimenez de Alencastro – OAB/DF n.º 31021

Recorrido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Resolução n.º 05/2015, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Suprimento de vagas em cargos em Promotorias de Justiça, resultantes de vacância ou ausência de titulares, por membro de idêntico posicionamento horizontal na carreira. Substituição simples. Alegação de afronta a princípios constitucionais, institucionais e funcionais inerentes ao Ministério Público e à igualdade entre os membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Presidente da Sessão: Humberto Jacques de Medeiros – Presidente, em exercício

Decisão: O Conselho, por unanimidade, negou provimento ao Recurso Interno, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, o Presidente do CNMP, Antônio Augusto Brandão de Aras e, em razão da vacância do cargo, um dos representantes do Ministério Público Estadual, o representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o representante indicado pelo Supremo Tribunal Federal, o representante indicado pelo Senado Federal e o representante indicado pela Câmara dos Deputados.

Ronise Falcão Loureiro Rego
Analista Jurídico